



INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº074/2021

MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO/TO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ nº **25.043.449/0001-68**, situado à Avenida Tocantins, nº 735-A – Centro, SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE. CEP: 77.390-000,, por meio de seu Gestor Municipal Sr. **OLÍMPIO DOS SANTOS ARRAES**, brasileiro, casado , inscrito no CPF nº 123.929.281-34, residente e domiciliado na cidade de São Valério/TO doravante denominado simplesmente **PODER CONCEDENTE** e a Empresa **HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.911.091/0001-78**, situada na Av. Castelo Branco, nº 154, Qd. 03, Lt. 07 – Jardim Eldorado, Gurupi/TO, doravante denominada **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo Sr. GUIOMAR ANTÔNIO GOMIDES JÚNIOR, resolvem celebrar o presente Contrato de acordo com a **Concorrência Pública nº 001/2021**,

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato de acordo com a **Concorrência Pública nº 001/2021**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Aplicam-se a legislação federal, estadual e municipal afeta ao objeto do contrato, em especial as Leis Federais n.º 8.666/1993; 8.987/95; 11.445/2007; e respectiva lei municipal 921/2020;

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA – Para os efeitos deste contrato, considera-se:

I – Sistema - o conjunto de todos os recursos, bens e serviços, necessários para a realização de objetivos de interesse comum, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água no âmbito do Município de São Valério/TO.

II – Serviços – prestação dos serviços públicos de abastecimento de água.

III – Plano Municipal de Saneamento Básico – Instrumento da política de saneamento do MUNICÍPIO que deverá abranger o diagnóstico da situação local e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas para universalização dos serviços; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; ações de emergência e contingência; e, mecanismos e procedimentos de avaliação do que foi planejado.

IV – Atividade regulatória – É a regulamentação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANTITÁRIO, com o objetivo de assegurar a adequada prestação dos serviços, garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, e zelar pelo equilíbrio-financeiro do Sistema de abastecimento de água potável.

DO OBJETO

CLÁUSULA QUARTA - O MUNICÍPIO outorga à **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA - HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA** a prestação dos serviços de abastecimento de água potável, compreendendo a exploração, implantação, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável, na área urbana e áreas contínuas, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, o faturamento e entrega de contas de água, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e



cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica.

Subcláusula Primeira - O MUNICÍPIO transfere à **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA - HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA**, o direito e prerrogativa de cadastrar e conectar os usuários do Sistema de Abastecimento de Água, realizando também, a cobrança pelos serviços prestados, sempre com base no Sistema Tarifário vigente.

Subcláusula Segunda – Os investimentos nos sistemas de abastecimento de água deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico e serão efetivados respeitada a viabilidade econômico-financeira do Sistema e a obtenção de recursos financeiros necessários a sua execução, obedecidas as bases estabelecidas pela Meta de Investimentos de Longo Prazo.

Subcláusula Terceira - Ficam definidas as seguintes metas, as quais devem ser atendidas:

I - Para abastecimento de água:

- a) – Atendimento permanente de 99,0% da população urbana.
- b) – Alcançar o índice de perdas na distribuição de 25% até 2022 e permanecer nesse patamar até o fim do contrato.
- c) – Garantir permanentemente a qualidade da água ofertada nos padrões definidos pela legislação vigente.
- d) – Garantir a adoção gradual de alternativas que venham a promover o uso racional da água, bem como da energia e de outros recursos naturais sempre atentando para o equilíbrio econômico financeiro da operação.

Subcláusula Quarta- Ficam definidas as seguintes prioridades, as quais devem ser empregadas pelo ganhador do contrato de concessão:

I – Garantir o fornecimento contínuo de água em quantidade e qualidade à população, especialmente em período de estiagem, adotando para isso as soluções de eficiência da produção e demais soluções de engenharia se assim for necessário.

II – Garantir a redução contínua do índice redução de perdas.

Subcláusula Quinta - A **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA - HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA** assume o compromisso de universalização dos serviços de abastecimento de água, atendidos os critérios da Subcláusula Segunda, assumindo as partes contratantes o compromisso em dedicar total empenho na obtenção de recursos onerosos ou não onerosos para atingir o objetivo.

DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO AO ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO, VALOR DO CONTRATO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA.

Pelo direito de exploração dos serviços e o subsidiamento da fiscalização a Concessionária, após assunção dos serviços, pagará ao órgão Regulador, trimestralmente, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente de cada trimestre, o valor mensal de 3% do valor líquido faturado (entende-se por líquido a dedução dos valores de impostos federais e trabalhistas bem como custos com energia).



O valor do presente contrato é de R\$ 5.811.930,00 (cinco milhões oitocentos e onze mil novecentos e trinta reais), pelo prazo contratual.

- O valor do m³ ficou definido em R\$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos). Tarifa social com dedução concluiu-se no valor de R\$ 2,08 (dois reais e dezoito centavos).

A delegação dos serviços ora outorgados abrangerá a área urbana da sede do Município.

DO PRAZO CONTRATUAL

CLÁUSULA SEXTA - O Contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data da assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Contrato poderá ser prorrogado por igual período de 30 (trinta) anos, por intermédio de Termo Aditivo, mediante manifestação expressa das partes com 06 (seis) meses de antecedência.

DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA OITAVA – Na prestação dos serviços, a **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA** deverá:

- I – estabelecer, através de negociação com o MUNICÍPIO, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico.
- II – operar e manter os serviços de abastecimento de água potável, incluindo a captação, bombeamento, tratamento, adução e distribuição da água, medição do consumo e o controle da qualidade da água, nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento;
- III - executar direta ou indiretamente estudos, projetos, obras e serviços, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico, objetivando o adequado funcionamento dos serviços e o pleno atendimento dos usuários, observados os limites previstos na Meta de Investimentos de Longo Prazo;
- IV - equacionar e solucionar, de forma satisfatória, eventuais problemas no funcionamento dos serviços, de acordo com o regulamento dos serviços;
- V - melhorar o nível de qualidade dos serviços, de acordo com a legislação atual e superveniente; VI – garantir a continuidade dos serviços;
- VII - atender ao crescimento vegetativo populacional, promovendo as ampliações necessárias, de acordo com os objetivos e normas gerais dos planos oficiais de saneamento;
- VIII - adotar tecnologia adequada e empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas pertinentes, garantam a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários;
- IX – executar ações visando à manutenção e conservação dos equipamentos e das instalações;
- X – programar e informar ao MUNICÍPIO, por escrito, as condições técnicas e financeiras, o prazo de início e de conclusão dos serviços necessários.



CLÁUSULA NONA - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses: I

- situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas de água;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

DA POLÍTICA TARIFÁRIA - PREÇO DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA – Pela prestação dos serviços que lhe são delegados por este Contrato, a **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA** cobrará as tarifas discriminadas na Planilha da Estrutura Tarifária do Sistema (Anexo), sendo implementadas, de forma universal.

QUADRO DE ESTRUTURAÇÃO TARIFÁRIA:

| ITEM | CATEGORIAS | FAIXA DE CONSUMO | TARIFA REFERENCIAL ATUAL POR FAIXA | TARIFA REFERENCIAL X FK = VALOR POR M3 |
|------|--------------------|-----------------------------|------------------------------------|--|
| 1 | RESIDENCIAL SOCIAL | ATÉ 10 m3 | 2,11 | $2,11 \times 0,99 = 2,08$ |
| 2 | RESIDENCIAL | 0 - 10 | 4,23 | $4,23 \times 0,99 = 4,19$ |
| | | 11 - 15 | 5,81 | $5,81 \times 0,99 = 5,75$ |
| | | 16 - 20 | 7,43 | $7,43 \times 0,99 = 7,35$ |
| | | 21 - 25 | 8,91 | $8,91 \times 0,99 = 8,82$ |
| | | 26 - 30 | 10,32 | $10,32 \times 0,99 = 10,22$ |
| | | 31 - 35 | 11,13 | $11,13 \times 0,99 = 11,02$ |
| | | 36 - 40 | 13,74 | $13,74 \times 0,99 = 13,60$ |
| | | 41 - 50 | 15,08 | $15,08 \times 0,99 = 14,93$ |
| > 50 | 17,99 | $17,99 \times 0,99 = 17,81$ | | |
| 3 | COMERCIAL | 0 - 10 | 10,85 | $10,85 \times 0,99 = 10,74$ |
| | | > 10 | 13,03 | $13,03 \times 0,99 = 12,90$ |
| 4 | INDUSTRIAL | 0 - 10 | 12,06 | $12,06 \times 0,99 = 11,94$ |
| | | > 10 | 14,56 | $14,56 \times 0,99 = 14,41$ |
| 5 | ORGÃOS PÚBLICOS | 0 - 10 | 7,24 | $7,24 \times 0,99 = 7,17$ |
| | | > 10 | 10,73 | $10,73 \times 0,99 = 10,62$ |

Segue abaixo a planilha de preços dos serviços complementares:



| COBRANÇA DE SERVIÇOS | |
|--|-------------|
| Descrição | Valor |
| RELIGACAO NO CAVALETE | R\$21,29 |
| RELIGACAO NO CAVALETE - URGENTE | R\$42,57 |
| RELIGACAO NORMAL | R\$34,48 |
| RELIGACAO NO RAMAL - URGENTE | R\$52,23 |
| RELIGACAO COM REPOSICAO DE HIDROMETRO | R\$38,06 |
| RELIGACAO COM REPOSICAO DE HIDROMETRO - URGENTE | R\$23,67 |
| VISTORIA DOMICILIAR - AGUA | R\$61,38 |
| SUBSTITUICAO DO CAVALETE | R\$44,33 |
| SUBSTITUICAO DO REGISTRO DO CAVALETE | R\$18,60 |
| RELIGACAO APOS SUPRESSAO | R\$52,23 |
| SUPRESSAO LIG. A PEDIDO DO CLIENTE - P. CX. PROTEC | R\$11,88 |
| VISTORIA DOMICILIAR - GEOFONE | R\$122,76 |
| MUDANCA RAM/3/4"S/REP/CALCADA | R\$100,77 |
| MUDANCA RAM/1"S/REP/CALCADA | R\$114,55 |
| LIGACAO DE AGUA - HIDROMETRO DE 3,0 | R\$177,40 |
| LIGACAO DE AGUA - HIDROMETRO DE 5.0 | R\$218,59 |
| LIGACAO DE AGUA - HIDROMETRO DE 7.0 | R\$461,33 |
| LIGACAO DE AGUA - HIDROMETRO DE 10 | R\$454,21 |
| LIGACAO DE AGUA - HIDROMETRO DE 20 | R\$985,03 |
| LIGACAO DE AGUA - HIDROMETRO DE 30 | R\$1.268,16 |
| LIGACAO DE AGUA - HIDROMETRO DE 1,5 | R\$176,88 |
| SUPRESSAO A PEDIDO MEDICAO INDIVIDUALIZAD | R\$11,88 |
| LIGACAO DE AGUA PCP- HIDROMETRO 1,5 | R\$180,32 |
| LIGACAO DE AGUA PCP - HIDROMETRO 3.0 | R\$180,83 |
| LIGACAO DE AGUA PCP - HIDROMETRO 5.0 | R\$223,94 |



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
ADM. 2021/2024



| | |
|--|-----------|
| RELIGACAO NO REGISTRO- PCP | R\$23,67 |
| RELIGACAO NO REGISTRO URGENTE- PCP | R\$38,06 |
| RELIGACAO APOS SUPRESSAO - PCP NORMAL | R\$22,74 |
| RELIGAÇÃO APÓS SUPRESSÃO - PCP URGENTE | R\$44,29 |
| RELIGACAO APOS SUPRESSAO - PCP | R\$16,24 |
| RELIGACAO APOS SUPRESSAO - PCP - URGENTE | R\$25,78 |
| VISTORIA PADRAO CAIXA DE PROTECAO | R\$12,64 |
| RELIG/SUSP C/LENTILHA MED.INDIVI. NORMAL | R\$21,48 |
| RELIG/SUSP LENTILHA MED. INDIVI- URGENTE | R\$38,59 |
| VISTORIA COMPLEMENTAR MEDICAO INDIVIDUALIZADA | R\$11,70 |
| VISTORIA/SUSPENSAO FINAL MED. INDIV. POR LIGACAO | R\$2,16 |
| EXTENSAO REDE DE AGUA DN 50 | R\$24,69 |
| REPOSICAO CALCADA EM CONCRETO | R\$42,57 |
| REPOSICAO ASFALTO COM PMF CAPA CELANTE | R\$52,58 |
| EXCEDENTE RAMAL LIGACAO DOMICILAR | R\$5,89 |
| RECOMPOSIÇÃO DE GRAMA | R\$9,17 |
| REPOSICAO DE PAVIMENTO EM PRE- MOLDADO | R\$18,75 |
| VERIFICACAO DE HIDROMETRO | R\$28,01 |
| CUSTO LACRE MAO DE OBRA INST. P. CONVENCIONAL | R\$10,54 |
| RELIG/SUSP//RAM/NOR/S/REP/CA | R\$34,48 |
| RELIG/SUPRESSAO URGENTE SEM REPOSICAO CALCADA | R\$104,45 |
| MUDAN/RAM/ 1 1/4"S/REP/CALCADA A PEDIDO | R\$123,75 |
| MUDAN/RAM/2"S/REP/CAL/PEDIDO | R\$224,44 |
| CUSTO PADRONIZACAO DA LIGACAO | R\$38,54 |
| EXTEN. REDE AGUA PVC DN - 75 | R\$32,91 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 100 | R\$40,32 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 150 | R\$71,50 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 200 | R\$100,89 |



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
ADM. 2021/2024



| | |
|--|-----------|
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 250 | R\$145,26 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 300 | R\$189,82 |
| RELIG/SUP/A PEDIDO MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA NORMAL | R\$10,41 |
| RELIG/SUPRE/A PEDIDO S/REP/CALCADA | R\$50,66 |
| RELIG/SUPRE/URG/S/REP/CALC/A PEDIDO | R\$94,15 |
| RELIG/SUP/A PEDIDO MEDICAO INDIVIDUALIZADA URGENTE | R\$45,09 |
| INSTALACAO DE NOVO LACRE-PCP | R\$9,06 |
| CAIXA METALICA PARA 01 LIGACAO-PADRAO CX. PROTECAO | R\$79,28 |
| MAO DE OBRA PARA SUBST. DO PAD. CONVEN .PARA NPL | R\$83,66 |
| CAIXA METALICA PARA 02 LIGACAO-PADRAO CX. PROTECAO | R\$175,33 |
| CAIXA METALICA PARA 03 LIGACAO-PADRAO CX. PROTECAO | R\$263,54 |
| RELIG/SUPRE/ MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA NORMAL | R\$22,94 |
| RELIG/SUPRE/ MEDICAO INDIVIDUALIZADA URGENTE | R\$45,09 |
| VERIFICAÇÃO DE HIDRÔMETRO - IPEM | R\$146,29 |
| ANALISE AGUA E BOLETIM BACTEROLOGICO - COM COLETA | R\$98,26 |
| FORNEC.AGUA CARRO-PIPA 10 M ³ | R\$79,00 |
| FORNEC.AGUA CARRO PIPA - 15 M ³ | R\$126,42 |
| ANALISE F.QUIMICO S/ PESQUISA | R\$98,24 |
| ANALISE PROJETO REDE ABASTECIMENTO AGUA P/LOTEAM | R\$601,82 |
| ANALISE AGUA BACTERIOLOGICA SEM COLETA | R\$185,23 |
| ANALISE AGUA E BOLETIM FISICO-QUIMICO - COM COLETA | R\$371,30 |
| ANALISE FISICO-QUIMICO - SEM COLETA | R\$314,33 |
| ANALISE AGUA E BOLETIM HIDROBIOLOGICO - COM COLETA | R\$66,40 |
| ANALISE AGUA E BOLETIM HIDROBIOLOGICO - SEM COLETA | R\$42,49 |
| SUBSTITUIÇÃO TUBO PVC, BRANCO, DN 100mm | R\$16,78 |



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
ADM. 2021/2024



| | |
|--|-----------|
| SUBSTITUICAO DE CAVALETE - P. CX. PROTECAO | R\$49,09 |
| SUBSTITUICAO DE REGISTRO - P. CX. PROTECAO | R\$21,39 |
| SUBSTITUICAO DA TAMPA CX. METALICA DE 01 LIGACAO | R\$27,71 |
| SUBSTITUICAO ADAPTADOR C/REGISTRO - P. CX PROTE | R\$27,40 |
| SUBSTITUICAO ADAPTADOR CAVALETE - P. CX. PROT | R\$19,03 |
| SUBSTITUICAO DO COTOVELO/TUBETE PCP | R\$19,93 |
| SUBSTITUICAO TAMPA CX METALICA 3 LIGAÇÃO | R\$49,32 |
| REMOÇÃO DO CAVALETE PADRAO CONVECCIONAL | R\$60,14 |
| RELIG/SUSP C/LENTILHA NORMAL | R\$10,41 |
| RELIG/SUSP/RAM/ NOR/C/REP/C | R\$50,66 |
| RELIG/SUSP//RAM/NOR/S/REP/C | R\$22,74 |
| RELIG/SUPRESAO S/REP.CALCAD | R\$21,48 |
| RELIG/SUSP C/LENTILHA(URGEN | R\$45,09 |
| RELIG/SUSP.REPOS/HIDRO.URGE | R\$94,15 |
| LIG.AGUA C/ INST. CAVALETE E HIDRO. 3 M³/H | R\$180,83 |
| LIG.AGUA C/ INST. CAVALETE E HIDRO. 5.0 | R\$223,94 |
| LIG.AGUA C/ INST.CAVALTE HIDRO. 1.5 | R\$180,32 |
| INSTALACAO DE HIDR. 3M³ C/ MAO OBRA ISNTALACAO | R\$79,56 |
| SUBSTITUICAO DO CAVALETE | R\$44,33 |
| SUBSTITUICAO DO REGISTRO DO CAVALETE | R\$18,60 |
| SANCAO P/HIDRO.INVERTIDO P/2V | R\$61,98 |
| REPOSICAO CALCADA EM CONCRETO | R\$42,57 |
| CORTE DEMO/MEC. ASF. REM/ENTULHO | R\$121,19 |
| REPO.ASF.C/PMF CAPA CELANTE | R\$162,38 |
| EXCEDENTE RAMAL LIGACAO DOMICILIAR | R\$180,48 |
| RELIG/SUSP C/LENTILHA NORMAL | R\$7,67 |
| RELIG/SUSP//RAM/NOR/S/REP/CA | R\$104,45 |
| RELIG/SUPRESAO C/REP/CALCADA | R\$38,59 |
| RELIG/SUSP C/LENTILHA(URGENT | R\$22,94 |
| RELIG/SUSP RAMAL URGENTE | R\$44,29 |



| | |
|--|-----------|
| RELIG/RAM/URG/C/REP.CALCADA | R\$52,23 |
| LIG.AGUA C/INST.KIT E HIDR.30 | R\$136,85 |
| AVISO DE VENCIMENTO DE CONTA | R\$1,54 |
| REPOSICAO PAV. ASFALTICA PMF E CAPA CELANTE | R\$52,58 |
| INSTALACAO DE HIDR. 3M³ C/ MAO OBRA INSTALACAO | R\$53,27 |
| INSTALACAO DE HIDR. 3M³ C/ OBRA INSTALACAO | R\$84,30 |
| VISTORIA COM GEOFONE - SEM VAZAMENTO | R\$61,38 |
| REMOÇÃO DO CAVALETE PADRAO CONVECIONAL | R\$99,05 |
| ENTREGA DE 2A. VIA DE FATURA | R\$1,54 |
| RELIGACAO BAIXA RENDA - GRANDE PORTE | R\$7,88 |
| EMISSAO E ENTREGA DA 2A VIA | R\$4,11 |
| ENTREGA FATURA ENDERECO ALTERNATIVO | R\$4,11 |
| SUBS/H/7M³ DANI/CLIEN/S/NIVEL | R\$326,01 |
| SUBS/H/10M³ DANI/CLIEN/S/NIV | R\$387,44 |
| SUBS/H/20M³ DANI/CLIEN/S/NIV | R\$716,76 |
| SUBS/H/30M³ DANI/CLIE/S/NIVE | R\$898,48 |
| SUBS/H/1,5M³ DANIFICADO CLIENTE - NPL | R\$64,21 |
| SUBS/H/5M³ DANIFICADO CLIENTE - P CX. PROTECAO | R\$110,02 |
| SUBSTITUICAO DE HIDROMETRO - PCP 3M³ | R\$64,73 |
| CERTIDAO NEGATIVA OU POSITIVA DEBITO | R\$3,48 |
| AVISO DE VENCIMENTO DE CONTA | R\$1,54 |
| CERTIDAO ABASTECIMENTO AGUA | R\$4,43 |
| DECLARACAO ANUAL DE QUITACAO DEBITO | R\$4,63 |
| SUBSTITUICAO DA CAIXA NPL DANIFICADA | R\$58,33 |
| SUBS/H/7M³ DANI/CLIEN/S/NIVEL | R\$326,01 |
| SUBS/H/10M³ DANI/CLIEN/S/NIVE | R\$387,44 |
| SUBS/H/20M³ DANI/CLIEN/S/NIVE | R\$898,48 |
| SUBS/H/30M³ DANI/CLIE/S/NIVE | R\$898,48 |
| SUBS/H/1,5M³ DANIFICADO CLIENTE - NPL | R\$64,21 |



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
ADM. 2021/2024



| | |
|---|-------------|
| SUBS/H/5M ³ DANIFICADO CLIENTE - P. CX. PROTECAO | R\$110,02 |
| SUBS/H/3M ³ DANIFICADO CLIENTE - P. CX. PROTECAO | R\$64,73 |
| RELIG/SUSP RAMAL URGENTE | R\$33,66 |
| VISTORIAS NORMAL SEM GEOFONE | R\$61,38 |
| SUBSTITUICAO DO CAVALETE | R\$44,33 |
| SUBST. REGIST. DO CAVALETE | R\$18,60 |
| RELIGACAO APOS SUPRESSAO | R\$52,23 |
| VISTORIA DOMICILIAR GEOFONE | R\$122,76 |
| MUDANCA RAMAL 3/4"S/REP/CALCA | R\$100,77 |
| MUDANCA RAMAL 1"S/REP/CALCADA | R\$114,55 |
| LIG.AGUA CAVALETE E HIDRO.3.0 M/H | R\$177,40 |
| LIG.AGUA C/INST.KIT/HIDRO 5 | R\$218,59 |
| LIG.AGUA C/ INST.CAVALETE E HIDRO.7.0 M ³ /H | R\$461,33 |
| LIG.AGUA C/ INST.CAVALETE E HIDR.10.0 M ³ /H | R\$454,21 |
| LIG.AGUA C/ INST.CAVALETE E HIDR. 20.0 M ³ /H | R\$985,03 |
| LIG.AGUA C/INST.KIT E HIDR.30 | R\$1.268,16 |
| LIG.AGUA PARA MEDICAO INDIVIDUALIZADA | R\$69,35 |
| LIG.AGUA C/ INST.CAVALETE E HIDRO.1.5 M3/H | R\$176,88 |
| LIG.AGUA PCP - HIDROMETRO1.5 M3/H | R\$180,32 |
| LIG.AGUA PCP - CAVALETE E HIDRO. 3.0 M ³ /H | R\$180,83 |
| LIG.AGUA PCP - CAVALETE HIDRO. 5.0 M ³ /H | R\$223,94 |
| RELIGACAO APOS SUPRESSAO - PCP NORMAL | R\$22,74 |
| RELIGAÇÃO APÓS SUPRESSÃO - NPL URGENTE | R\$44,29 |
| SUBSTITUICAO DA CAIXA NPL DANIFICADA | R\$58,33 |
| EXTEN. REDE AGUA PVC DN - 50 | R\$24,69 |
| REPOSICAO CALCADA EM CONCRETO | R\$42,57 |
| REPO.ASF.C/PMF CAPA CELANTE | R\$52,58 |
| EXCEDENTE RAMAL LIGACAO DOMIC. PADRAO II | R\$5,89 |
| RECOMPOSIÇÃO DE GRAMA | R\$9,17 |



| | |
|--|-----------|
| RECOMPOSICAO DE PAVIMENTO EM PRE- MOLDADO | R\$18,75 |
| REG/LIG/AG/C/BAYPASS S/REP/CA | R\$38,54 |
| RELIG/SUPRE/URG/S/REP/CALCAD | R\$104,45 |
| MUDAN/RAM/1 1/4"S/REP. CALCADA PEDIDO | R\$123,75 |
| MUDAN/RAM/2"S/REP/CAL/PEDIDO | R\$224,44 |
| EXTEN. REDE AGUA PVC DN - 75 | R\$32,91 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 100 | R\$40,32 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 150 | R\$71,50 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 200 | R\$100,89 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 250 | R\$145,26 |
| EXTEN.REDE AGUA PVC DN - 300 | R\$189,82 |
| RELIG/SUPRE/ A PEDIDO S/REP.CALCADA | R\$50,66 |
| RELIG/SUPRE/URG/S/REP/CALC/A PEDIDO | R\$94,15 |
| CAIXA METALICA 01 LIGACAO-PADAO CX. DE PROTECAO | R\$79,28 |
| MAO DE OBRA PARA SUBST. DO PAD. CONVEN .PARA NPL | R\$83,66 |
| CAIXA METALICA PARA 02 LIGACAO-PADRAO CX. PROTECAO | R\$175,33 |
| CAIXA METALICA PARA 03 LIGACAO-PADRAO CX. PROTECAO | R\$263,54 |
| RELIG/SUPRE/ MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA NORMAL | R\$22,94 |
| RELIG/SUPRE/ MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA URGENTE | R\$45,09 |
| SANCAO P/HIDRO.INVERTIDO P/2V | R\$61,98 |
| LIG.AGUA C/INST.KIT/HIDR.30M | R\$136,85 |
| REMOÇÃO DO CAVALETE PADRAO CONVECCIONAL | R\$99,05 |

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- A Estrutura Tarifária do Sistema deve cobrir os custos operacionais eficientes, segundo o nível de qualidade dos serviços ofertados e assegurar a obtenção de um retorno justo e adequado dos investimentos e ainda a necessária provisão das depreciações do Sistema, observadas as condições do concessão celebrada entre o MUNICÍPIO e a EMPRESA/CONCESSIONÁRIA - HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para entrarem em vigor e serem cobradas dos usuários, as tarifas e suas alterações deverão ser homologadas pela **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA.**



DO REAJUSTE TARIFÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O valor do reajuste será calculado com base em fórmula paramétrica, conforme abaixo, e aplicadas de forma automática, para tanto as novas tarifas e preços devem ser divulgadas.

$$R = 0,35 \times E + 0,35 \times M + 0,3 \times O$$

E = Variação do custo Kwh, obtido da Permissionária de energia local; M = Variação do Índice de Mão de Obra (INCC - M) publicado pela FGV; O = Variação do Índice Geral de Preços (IGP) publicado pela FGV.

Os valores das tarifas serão reajustados em conformidade com as seguintes condições:

I – o reajuste ocorrerá sempre em 1º de Fevereiro de cada ano e será aplicado no faturamento da competência de Fevereiro;

DA REVISÃO TARIFÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A CONTRATADA, de acordo com o previsto nesta cláusula, procederá as revisões dos valores das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos do Sistema, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, ouvidos o MUNICÍPIO, os usuários.

Subcláusula Primeira - As revisões tarifárias serão realizadas a cada quatro anos, sempre no mês de junho.

Subcláusula Segunda – No ano em que ocorrer revisão dos valores da tarifa, o reajuste previsto na cláusula décima terceira será substituído pela revisão.

Subcláusula Terceira - Os pedidos de revisões ordinárias das tarifas, acompanhados de todos os elementos e informações necessárias, serão encaminhados pela **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA** à , com pelo menos 90 dias de antecedência à data de sua 30a, a qual procederá aos trâmites para sua avaliação e aprovação ou denegação, integral ou parcial.

Subcláusula Quarta – Por sugestão das partes poderá ser realizada a readequação da estrutura tarifária.

DA REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– As partes reconhecem que as tarifas indicadas na Planilha de Estrutura Tarifária (Anexo), em conjunto com as regras de reajuste e revisão descritas nas cláusulas anteriores, serão suficientes para a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro do Sistema.

Subcláusula Única - Sempre que forem atendidas as condições do Sistema, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem às cláusulas anteriores, caso haja alterações significativas nos custos do Sistema, por solicitação da **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA** ou das entidades de representação oficial dos Municípios, devidamente comprovada por documentos encaminhados ao ente regulador, a qualquer tempo, proceder à revisão extraordinária das tarifas, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, nas seguintes hipóteses,



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – As fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Na exploração do serviço público objeto deste Contrato, a **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA** não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação federal, estadual e regulamento.

Subcláusula Única – Será vedada a concessão de isenção de pagamento de tarifas, inclusive a entes do Poder Público, visando garantir a manutenção da adequada prestação dos serviços e tratamento isonômico aos usuários do Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Ressalvados os impostos incidentes sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O **MUNICÍPIO** e **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO** tem as seguintes obrigações:

I - regulamentar a prestação do serviço;

II - fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços; III - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

IV - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;

V - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;

VI - zelar pela boa qualidade do serviço,

VII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, outorgando poderes à XXXXXXXX para promoção das desapropriações e para a instituição das servidões administrativas, a qual assumirá a responsabilidade; o qual deve correr por conta exclusiva da empresa contratada, nos moldes permissivos do artigo 18, XII da lei 8987/1995. Tal ônus não deve ser repassados de forma direta aos consumidores, mas de forma amortizada e mediante aprovação da respectiva agência reguladora.

VIII - estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços;

IX - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos aos serviços;

X – arcar com os custos necessários para a mudança de alinhamentos, perfis e nivelamento de qualquer logradouro, que exijam modificações ou remoções de canalizações, desde que não previstos nos cronogramas referidos na cláusula quarta, quando forem executados por sua solicitação;

XI - consultar a Prefeitura Municipal sobre a viabilidade técnica da disponibilização dos serviços, antes de aprovar novos loteamentos, conjuntos habitacionais e instalações de novas indústrias;



XII - comunicar previamente a Prefeitura Municipal a execução de obras e serviços no subsolo das vias públicas em que se localizam redes de infraestrutura dos serviços concedidos;

XIII – zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção ambiental e de saúde pública, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento, no que couber, visando à preservação e a conservação do meio-ambiente e da saúde pública;

XIV – zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à vedação do aproveitamento de fontes alternativas de água, contribuindo com a vigilância sanitária na área da prestação dos serviços;

XV – exigir a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários;

XVI – exigir ou promover, consultada a Prefeitura Municipal, a adequação da infraestrutura dos loteamentos, não autorizados ou irregulares, as condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece o contrato;

XVII - exigir ou promover, consultada a Prefeitura Municipal, a adequação da infraestrutura das áreas de assentamentos informais às condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece este contrato;

XVIII – estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização, consultada a Prefeitura Municipal, visando ao estabelecimento das Metas de Investimentos de Longo Prazo;

XVIX – revisar o plano de saneamento básico com a periodicidade definida na lei;

XX - Implementar, no âmbito municipal, a Agência Reguladora ou conveniar regulação no âmbito do Estado, designado regulação oficial.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGACOES DA CONTRATADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga a:

I – elaborar e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no Plano Plurianual de Investimentos do Sistema;

II - garantir a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

III - dar ciência prévia e expressa ao MUNICÍPIO e a agência de regulação das obras que pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;

IV - sinalizar as obras nas vias públicas durante toda a sua execução, sendo que qualquer dano causado a terceiro, em virtude de falta ou insuficiência de sinalização serão da inteira responsabilidade da **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA - HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA;**

V – apresentar ao MUNICÍPIO e a agência de regulação no primeiro trimestre de cada ano,



prestação de contas na forma da LEI.

VI - publicar, anualmente, as demonstrações financeiras referentes ao Sistema na forma da legislação específica;

VII - a execução do serviço, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo Agência de Regulação, ou a quem este delegar, exclua ou atenua essa responsabilidade, exceto nos casos legais;

VIII - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, as cláusulas contratuais e a legislação relativa à prestação dos serviços;

IX - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

X - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços e zelar pela sua integridade, segurando-os adequadamente, e informar o Agente de regulação prévia e expressamente, de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados aos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da sua prestação;

XI - organizar e manter, permanentemente atualizado, o cadastro dos respectivos usuários; - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo pelos eventuais danos causados em decorrência da prestação dos serviços;

XII - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e encargos decorrentes das obrigações relacionadas à prestação dos serviços;

XIII - permitir aos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e a Agência de regulação, especialmente designados, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como a seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;

XIV - zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública, em especial, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;

XV - expedir os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Na exploração do Serviço de Abastecimento de Água, a EMPRESA/CONCESSIONÁRIA poderá:

I - utilizar-se de vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal, para o fim específico de execução do objeto do presente Contrato, competindo ao MUNICÍPIO, observando e respeitando o objeto deste contrato, estabelecer as condições de sua utilização, bem como a sujeição das obras aos regulamentos específicos vigentes no Município;

II - suspender o abastecimento de água de usuários inadimplentes, observado o Regulamento dos Serviços de Água, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Federal n.º 11.445/07;

III - aplicar os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água,

IV - nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes do Sistema, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação



do serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Sem prejuízo das responsabilidades referidas neste Contrato, a XXXXXX poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

Subcláusula Primeira - Os contratos celebrados entre a **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA** e os terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o MUNICÍPIO.

Subcláusula Segunda - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares do serviço concedido.

Subcláusula Terceira - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade, nos termos do artigo 25º da lei 8987/1995.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os projetos dos investimentos a serem realizados durante a concessão, deverão ser apresentados a agência de regulação para que a mesma os aprove.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei nº 8.987/95, do art. 9º da Lei Federal n.º 11.445/07 e do Código de Defesa do Consumidor, são direitos dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da Agência de regulação e da EMPRESA/CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - receber da EMPRESA/CONCESSIONÁRIA, dentro do mês de vencimento, o mínimo de 3 datas opcionais para a escolha do dia de vencimento de seus débitos;

IV - atendimento, pela EMPRESA/CONCESSIONÁRIA, dos pedidos de seu interesse, nos prazos e condições fixados neste contrato e nas normas e regulamentos editados pela Agência de regulação, sendo-lhe garantida a prestação do serviço, independentemente do pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante;

V - receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de:

a) Deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora;

b) Má utilização das instalações;

c) Caso fortuito ou força maior.

VI - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, são deveres dos usuários:



- I - levar ao conhecimento do Agente regulador e da EMPRESA/CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- II - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela XXXXXXXX na prestação do serviço;
- III - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;
- IV - requerer a EMPRESA/CONCESSIONÁRIA a ligação de seus imóveis aos serviços, excetuando-se da obrigatoriedade as situações de impossibilidade técnica;
- V - arcar com o custo das ligações de seus prédios ao serviço;
- VI - permitir o livre acesso da EMPRESA/CONCESSIONÁRIA para o exame das instalações hidráulico-sanitárias prediais em qualquer tempo;

Subcláusula Única - Para atendimento das solicitações de ligação aos serviços, serão verificadas as possibilidades de atendimento pela EMPRESA/CONCESSIONÁRIA, observadas normas e regulamentos.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A fiscalização periódica da execução dos serviços cabe ao MUNICÍPIO e a agência de regulação, nos termos da CONCESSÃO firmado com o Município, com a cooperação dos usuários, por comissão composta por representantes do MUNICÍPIO, da agência de regulação, da EMPRESA/CONCESSIONÁRIA e dos usuários.

Subcláusula Única - No exercício da fiscalização, a comissão referida no caput terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da EMPRESA/CONCESSIONÁRIA e poderá acompanhar os serviços de controle de qualidade e a execução das obras e serviços.

DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Pelo descumprimento das disposições contratuais especificadas, a EMPRESA/CONCESSIONÁRIA estará sujeita às seguintes penalidades:

- I - advertência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos neste Contrato ou em instrumentos complementares;
- II - em caso de inobservância da advertência, multa de até 5% (cinco por cento), proporcional à gravidade da infração, sobre o valor arrecadado pela EMPRESA/CONCESSIONÁRIA, no Município, nos últimos 2 (Dois) meses anteriores à notificação;

III - em caso de terceira advertência, pelo mesmo fato, absoluta e reitera reincidência, implicará em rescisão contratual, garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula Única - A EMPRESA/CONCESSIONÁRIA não estará sujeita às penalidades previstas no Contrato se comprovado que a não realização da obrigação específica decorreu de fato, ato ou circunstância imputada unicamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.



Subcláusula Única - A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

Subcláusula Única - O procedimento administrativo a que se refere o **caput** deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, exceto por motivo justo e devidamente justificado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

DA EXTINÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – A concessão da prestação de serviços extingue-se I – advento do termo contratual ou de sua prorrogação;

II - acordo formal entre o MUNICÍPIO e a EMPRESA/CONCESSIONÁRIA ;

III - caducidade;

IV - rescisão;

Subcláusula Primeira - A extinção somente se efetivará com a conseqüente entrega ao MUNICÍPIO de todas as instalações, móveis e equipamentos relativos aos serviços, considerados como bens e direitos reversíveis da Concessão.

Subcláusula Segunda - Extinta a delegação da prestação de serviços haverá a imediata assunção dos mesmos pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Terceira - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo MUNICÍPIO, de todos os bens reversíveis.

Subcláusula Quarta - Com a extinção da delegação da prestação de serviços, apurado o quantum indenizatório, caberá ao MUNICÍPIO indenizar à XXXXXXXX, nos termos da lei e deste contrato.

DOS BENS QUE INTEGRAM A DELEGAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – A prestação de serviços é integrada pelos bens tangíveis e intangíveis afetos à prestação dos serviços, existentes na data de assinatura deste contrato, ou que a ela venham a ser integrados, mediante descritos no inventário de bens, conforme.

Subcláusula Primeira – Na assinatura deste contrato, os bens de propriedade do MUNICÍPIO destinados à execução dos serviços, serão transferidos ao patrimônio da XXXXXX, mediante inventário.

Subcláusula Segunda – Os bens deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso de forma que, quando revertidos ao MUNICÍPIO, se encontrem em estado normal de uso, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.



DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS AO MUNICÍPIO


CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Quaisquer valores ou bens que entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinarem ao Município para aplicação nos serviços, objeto deste contrato, poderão ser recebidos diretamente pela EMPRESA/CONCESSIONÁRIA, nos termos da Lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – O presente Contrato poderá ser aditado, visando adequá-lo às necessidades dos serviços e atender o interesse das partes e à legislação federal, estadual e municipal incidente sobre os serviços de saneamento objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - Fica eleito o foro da Comarca do Município de Peixe/TO para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Valério/TO, 27 de agosto de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO
OLIMPIO DOS SANTOS ARRAES
Prefeito Municipal
PODER CONCEDENTE



HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA
CNPJ sob o nº 04.911.091/0001-78
Empresa/Concessionária

TESTEMUNHAS:


Nome:

CPF: 031.087.921-30


Nome:

CPF: 044.853.201-71



EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2021 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO, Estado do Tocantins, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º **25.043.449/0001-68**, situado à Avenida Tocantins, nº 735-A – Centro, SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE. CEP: 77.390-000, neste ato representada por seu Prefeito em exercício, o Senhor **OLIMPIO DOS SANTOS ARRAES**.

CONTRATADA: EMPRESA HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **04.911.091/0001-78**, situada na Av. Castelo Branco, nº 154, Qd. 03, Lt. 07 – Jardim Eldorado, Gurupi/TO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Pública Nº 001/2021, de 23 de agosto de 2021.

OBJETO: Outorga à **EMPRESA/CONCESSIONÁRIA - HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA** a prestação dos serviços de abastecimento de água potável, compreendendo a exploração, implantação, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável, na área urbana e áreas contínuas, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, o faturamento e entrega de contas de água, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica.

VIGÊNCIA: O Contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data da assinatura deste Contrato.

VALOR: O valor do presente contrato é de R\$ 5.811.930,00 (cinco milhões oitocentos e onze mil novecentos e trinta reais), pelo prazo contratual. O valor do m³ ficou definido em R\$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos). Tarifa social com dedução concluiu-se no valor de R\$ 2,08 (dois reais e dezoito centavos).

LOCAL: São Valério/TO.

São Valério/TO, 27 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO
OLIMPIO DOS SANTOS ARRAES
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que, nesta data, afixei uma via do presente no placar desta Prefeitura Municipal, São Valério/TO.

27/08/2021

EMERSON DE CASTRO FERRAZ
Secretário de Administração



ORDEM DE SERVIÇO

DA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO/TO

A EMPRESA: HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA

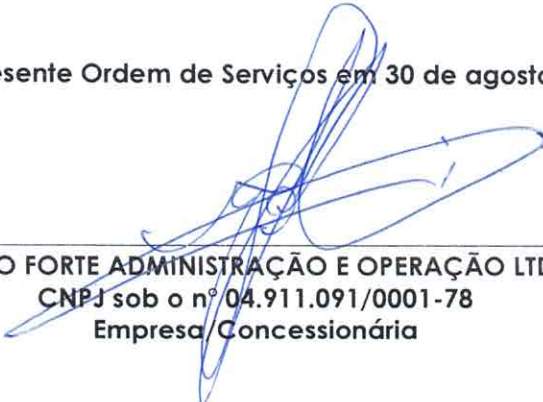
Tendo em vista o resultado do procedimento licitatório Concorrência Pública nº 001/2021, que visa à outorga de prestação dos serviços de abastecimento de água potável, compreendendo a exploração, implantação, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável, na área urbana e áreas contínuas, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, o faturamento e entrega de contas de água, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica, CONVOCAMOS Vossa Senhoria para a execução do objeto de acordo com as cláusulas do Contrato.

São Valério/TO, 30 de agosto de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO
OLIMPIO DOS SANTOS ARRAES
Prefeito Municipal
Poder Concedente

Recebi a presente Ordem de Serviços em 30 de agosto de 2021.



HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA
CNPJ sob o nº 04.911.091/0001-78
Empresa/Concessionária